



ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2026

Aos treze dias do mês de janeiro de 2025, às 8h30, na sala de reuniões do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas – ICPREV, foi realizada a primeira reunião ordinária do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do ICPREV do exercício de 2026. Estiveram presentes, pelo Conselho de Administração: Marina Nishimori Olescowicz, representante do Poder Executivo; Daniel Carvalho, representante do Poder Legislativo; Andreia Correia da Silva Fontana Kauva, representante dos segurados ativos; Marilei Kurceszki Kumineck, representante dos segurados ativos; Danielle Ludka, representante dos segurados ativos; Marili de Fátima Pereira Ecker, representante dos segurados ativos; Marilise Vieira de Lima Krauss, representante dos segurados inativos; e Rosenilda Pauluk, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. Também participaram os membros do Conselho Fiscal do ICPREV: Izane Maria Pereira, representante dos segurados inativos; Cibele Neudorf Batista, representante dos segurados ativos; Francieli Joana Bialeski, representante dos segurados ativos; Márcio Juliano Seleme, representante do Poder Legislativo; Rafael Verka Sorg, representante dos segurados ativos; Dirazeli do Prado, representante do Poder Executivo; Viviana W. Seleme, representante dos segurados ativos e Anderson Carlos de Moraes, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. Após a aprovação da ata da reunião anterior, a Presidente do Conselho de Administração em exercício, Andreia Correia da Silva Fontana Kauva, deu as boas-vindas a todos e declarou aberta a reunião. Dando prosseguimento aos trabalhos, passou-se à discussão da pauta, iniciando-se pelo incidente relacionado ao Ofício nº 022/ICPREV/2025, expedido pela Diretora Executiva do ICPREV no mês de dezembro e encaminhado ao Poder Executivo Municipal. A Presidente esclareceu que a Diretora Executiva havia solicitado previamente a inclusão do tema na pauta, com o objetivo de prestar esclarecimentos, bem como tratar de assuntos relativos ao evento comemorativo dos dez anos do Instituto; contudo, em razão de convocação simultânea pelo Poder Executivo, a Diretora Executiva e o Diretor Administrativo-Financeiro não se encontravam presentes naquele momento, ficando incerta sua participação no decorrer da reunião. Diante disso, deliberou-se pelo início das discussões, registrando-se que eventuais manifestações posteriores seriam igualmente consignadas em ata. Na sequência, a Presidente do Conselho Fiscal, Izane, manifestou-se dando as boas-vindas aos presentes, desejando um bom início de ano e ressaltando a importância da serenidade, do discernimento e, sobretudo, da transparência nas atividades dos Conselhos, especialmente no marco institucional dos dez anos de existência do ICPREV. Destacou que o episódio envolvendo o referido ofício gerou significativo desconforto institucional, por se tratar de situação inédita na história do Instituto, uma vez que o documento foi expedido sem prévia ciência, discussão ou deliberação no âmbito dos Conselhos, apesar de utilizar o nome institucional dos colegiados. A conselheira salientou que, independentemente de posições pessoais ou divergências pontuais, a atuação no âmbito do ICPREV exige respeito à estrutura colegiada e à representação institucional, não podendo manifestações individuais se sobrepor ao papel coletivo dos Conselhos, que integram o organograma do Instituto. Registrou expressamente que não compactua com o teor nem com a forma de expedição do ofício, ressaltando a responsabilidade pessoal e institucional que recai sobre cada



**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2026**

conselheiro, inclusive quanto às eventuais consequências futuras dos atos praticados, frisando a necessidade de resguardar a responsabilidade individual, inclusive sob o aspecto pessoal e legal. Em seguida, a conselheira Marilise manifestou-se no mesmo sentido, afirmando que diversos pontos constantes do
50 ofício contrariam frontalmente tudo o que vinha sendo discutido e deliberado ao longo do último ano pelos Conselhos, especialmente no que se refere à política de contratações pelo regime celetista e aos seus impactos no equilíbrio atuarial e na sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social. Destacou que sempre
55 houve consenso, no âmbito dos Conselhos, de que tais medidas geram impacto relevante, ainda que gradual, e que não poderiam ser tratadas como irrelevantes ou neutras sob o ponto de vista previdenciário. A conselheira ressaltou, ainda, que a utilização do nome do Conselho em documento oficial, sem apreciação colegiada, viola princípios basilares de governança, transparência e colegialidade, além de
60 expor indevidamente os conselheiros a responsabilidades por posições que não foram por eles debatidas ou aprovadas. Frisou que o desconforto institucional foi agravado pelo fato de o conteúdo do ofício ter chegado ao conhecimento do Conselho por terceiros, como o Sindicato, antes mesmo de ser formalmente apresentado aos Conselhos, o que compromete a confiança e o fluxo institucional
65 adequado de informações. Logo após, a conselheira Danielle citou que os Conselhos exercem papel legal de fiscalização, orientação e proteção do RPPS, devendo atuar como guardiões de seus princípios, valores e sustentabilidade, independentemente de indicações políticas ou administrativas. Nesse contexto, mencionou-se expressamente o disposto na legislação do Instituto, que atribui ao
70 Conselho de Administração a competência para adotar providências cabíveis para correção de atos e fatos decorrentes da gestão que possam comprometer o desempenho e as finalidades do ICPREV. A conselheira Danielle também debateu aspectos técnicos relacionados ao conteúdo do ofício, especialmente a afirmação de inexistência de impacto atuarial decorrente das contratações celetistas; no entanto,
75 destacou que esse equilíbrio depende fortemente de aportes financeiros realizados anualmente, fato omitido no documento. Reforçou-se que, sem novas contratações por concurso público, a base de contribuintes tende a diminuir, o que compromete a sustentabilidade a longo prazo. Continuando, o conselheiro Daniel citou a falta de comunicação com os Conselhos, sugerindo que informações relevantes sejam
80 previamente discutidas por meio de grupos oficiais de comunicação, como o WhatsApp, e que temas sensíveis sejam sempre submetidos à deliberação formal, se necessário, inclusive por meio de convocações extraordinárias, garantindo-se ampla ciência e possibilidade de deliberação. Diante da situação, sugeriu a elaboração de um ofício-resposta, redigido conjuntamente pelos Conselhos, com o
85 objetivo de corrigir a informação contida no documento enviado por Juliane e registrar o posicionamento oficial dos colegiados, a ser encaminhado à Procuradoria do Município e ao SISPUC. Logo após, estando também presente o servidor do ICPREV Ricardo Souza de Oliveira, foi feita a leitura da resposta da Diretora Executiva, que informou não poder estar presente na reunião, apresentando
90 esclarecimentos acerca do conteúdo do ofício e informando que ele teria sido elaborado com o objetivo de complementar informações solicitadas pela Procuradoria do Município e esclarecer questionamentos sobre eventual intenção de





ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2026

extinção do Instituto, o que teria sido negado em reuniões anteriores, inclusive em encontro realizado no mês de outubro, com a participação do Poder Executivo, Conselhos, vereadores e servidores. Depois, o conselheiro Anderson, afirmando que também não concorda com o conteúdo do ofício, fez a leitura de alguns questionamentos a serem encaminhados à Diretora Executiva, com o objetivo de esclarecer sua conduta e o conteúdo do ofício. Entre os questionamentos, estavam: como foi possível enviar um documento em nome do Conselho sem consulta prévia; por que classificou a contratação celetista como pontual sem a devida comprovação por edital; por que não mencionou os aportes como fator determinante para o equilíbrio financeiro; onde está a determinação do TCE que justificaria a reforma previdenciária; e quais medidas estão sendo tomadas frente às mudanças legislativas recentes que afetam diretamente o Instituto. Em relação ao TCE, o conselheiro Daniel esclareceu que existem recomendações emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina sobre a reforma previdenciária, ressaltando que tais recomendações não possuem caráter impositivo, mas orientador, cabendo ao ente e aos órgãos colegiados avaliar e decidir sobre as providências a serem adotadas. Foi levantado pela conselheira Marilise que a reforma previdenciária, por si só, não é capaz de solucionar integralmente o déficit atuarial, constituindo apenas uma das medidas possíveis dentro de um cenário mais complexo, manifestando preocupação com a percepção social acerca do serviço público e da previdência dos servidores, destacando que, muitas vezes, a sociedade não compreende a lógica do regime próprio, o histórico contributivo dos servidores e os fatores estruturais que impactam o financiamento do sistema. O servidor Ricardo Souza de Oliveira perguntou quais seriam os principais pontos negativos do ofício, e o conselheiro Daniel citou que o texto deu a entender que a contratação de servidores pelo regime celetista não produziria impactos relevantes no cálculo atuarial e na sustentabilidade do Instituto, entendimento com o qual a maioria dos conselheiros não concorda. Foi enfatizado, durante todo o ano de 2025, que a mudança ou ampliação de regimes de contratação afeta diretamente a base contributiva futura do RPPS, podendo comprometer seu equilíbrio de longo prazo, especialmente diante da redução do número de servidores estatutários ativos. Também a conselheira Danielle ressaltou que os dados atuariais utilizados refletem, em regra, a realidade do exercício anterior, sendo inadequado afirmar ausência de impacto sem considerar projeções futuras, especialmente em cenários de diminuição contínua do quadro estatutário. Ainda, a conselheira Cibele, concordando com os demais membros do Conselho Fiscal, citou as mudanças recentes na legislação previdenciária, como a nova regra que reconhece aposentadoria especial para especialistas da educação infantil, o que impactará as projeções atuariais e as contribuições futuras. Ressaltou, ainda, a importância de reforçar a representatividade dos conselheiros, eleitos ou indicados, e o papel coletivo do ICPREV. Reafirmou-se que o Instituto não é formado apenas pela direção, mas por todos os Conselhos e servidores que o integram. Na sequência, a conselheira Marilei levantou questionamento acerca da conduta da Diretora Executiva Juliane ao emitir resposta institucional à Procuradoria Municipal sem deliberação prévia ou consentimento dos Conselhos. Manifestou preocupação pelo fato de a resposta ter sido assinada de forma individual e de somente ter chegado ao conhecimento do colegiado após ter sido revelada pelo Sindicato,





ICPREV
INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2026

ressaltando, ainda, que atualmente participa da reunião na condição de suplente do Conselho. Em manifestação de defesa, a conselheira Marina ponderou que não se poderia julgar a conduta da Diretora Executiva apenas com base nesse fato, considerando que se tratou de um equívoco de comunicação com os Conselhos, destacando que, inclusive no âmbito do próprio Conselho, cada entidade possui sua representação formal, podendo a Diretora Executiva ter compreendido o encaminhamento como manifestação exclusiva da Diretoria Executiva. A Presidente Izane destacou que, no âmbito dos Conselhos, vigora o princípio da paridade, sendo as decisões tomadas conforme a manifestação da maioria. A conselheira Marilei reiterou sua preocupação quanto à conduta da Diretora Executiva no que se refere ao repasse de informações aos demais conselheiros. O conselheiro Daniel manifestou entendimento de que qualquer juízo sobre a conduta seria precipitado, uma vez que o colegiado ainda não teve acesso sequer ao conteúdo da solicitação encaminhada à Diretora Executiva, solicitando que o referido conteúdo fosse disponibilizado, se possível, no grupo de comunicação. Por fim, a conselheira Marilei ressaltou que não realizou qualquer julgamento pessoal, mas sugeriu que fosse repensada a forma de provimento do cargo de Diretoria Executiva, atualmente indicado pelo Poder Executivo, ponderando a possibilidade de adoção de modelo eletivo, a exemplo do que ocorre em outros institutos. Como encaminhamento, houve consenso quanto à necessidade de elaboração de manifestação formal do Conselho de Administração, por meio de ofício, registrando seu posicionamento institucional, as divergências em relação ao documento anteriormente expedido e reafirmando os princípios de transparência, colegialidade e governança. Também foi deliberado que a presente ata deverá ser tornada pública e encaminhada às entidades interessadas, inclusive ao sindicato representativo dos servidores, para ciência e eventuais providências cabíveis. Na sequência, passou-se à explanação do Diretor Administrativo, Luís Gustavo de Brito, que teria chegado agora a pouco na reunião, acerca da publicação de nova resolução normativa aplicável aos Regimes Próprios de Previdência Social, destacando-se que as alterações exigirão adequações relevantes na estrutura de investimentos do Instituto. Foi informado que, para manutenção da atual carteira de investimentos, será necessária a obtenção de certificação no âmbito do Pró-Gestão RPPS, sendo apontada como prioridade imediata a busca do nível 2, com planejamento posterior para eventual evolução ao nível 3, observados os prazos legais de adequação. Destacou-se, ainda, que tais exigências demandarão revisão da Política de Investimentos, a qual deverá ser submetida à aprovação dos Conselhos competentes, razão pela qual foi sinalizada a necessidade de convocação de reunião extraordinária para apreciação da matéria ainda neste mês de janeiro. Também foi ressaltada pela Presidente Izane a importância de retomar o planejamento estratégico do Instituto, incluindo a análise da estrutura administrativa, dos cargos existentes e da necessidade de fortalecimento institucional, temas que haviam sido momentaneamente sobrepostos por debates concentrados na questão do regime de contratação de servidores. Consignou-se que, embora essa discussão permaneça relevante, outras demandas estruturais do Instituto não podem ser postergadas. Na sequência, a Presidente em exercício, Andreia, debateu as propostas iniciais relativas à comemoração dos dez anos de criação do ICPREV, em abril. Diversas sugestões surgiram para tornar o





ICPREV
INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2026

185 evento não apenas festivo, mas também informativo, reunindo servidores ativos,
aposentados e a comunidade interessada. Discutiu-se a viabilidade de parcerias
com instituições como o SESC e universidades locais, e cogitou-se realizar uma
palestra-show, semelhante a modelos adotados anteriormente por outras entidades.
A proposta visa unir entretenimento e conscientização, tratando de temas como o
190 papel do servidor público, a contribuição dos aposentados e o histórico do ICPREV,
com linguagem acessível e presença da mídia local. Também se levantou a
necessidade de um espaço com maior capacidade de público, como o Pavilhão da
Matriz ou a sede da SBO. Sugeriu-se, ainda, que o evento ocorra durante o horário
de expediente, entre 15h e 17h, para possibilitar ampla participação dos servidores.
195 Na sequência, as conselheiras Danielle, Marili, Izane e Cibele compartilharam
experiências adquiridas no 13º Congresso Brasileiro de RPPS, destacando os
desafios da governança e da sustentabilidade do regime próprio de previdência. Foi
fortemente enfatizada a importância de capacitação contínua dos conselheiros, para
que seus votos e posicionamentos sejam respaldados por conhecimento técnico.
200 Houve reconhecimento de que, no início das atividades, muitos ingressaram sem
domínio dos assuntos, mas que o engajamento em formações, eventos e estudos
tem mudado esse cenário. Inclusive, discutiu-se a possibilidade de ampliar o acesso
a eventos externos, como os realizados em Florianópolis e Curitiba, inclusive para
os conselheiros suplentes, de forma a aumentar o engajamento e a qualificação do
205 corpo deliberativo. Outro ponto relevante apresentado no Congresso foi a análise
dos modelos atuais de certificação para conselheiros. Foram apresentados os três
formatos disponíveis: o tradicional exame; o curso de capacitação com módulos e
prova final; e o curso de atualização voltado àqueles que já possuem certificação de
nível 2 ou 3. Além disso, a Presidente Izane lembrou da importância dos relatórios
210 de governança como ferramentas indispensáveis à prestação de contas e à tomada
de decisões informadas. Ressaltou-se que, embora o plano de ação do Conselho
preveja a apresentação mensal desses relatórios, essa prática nem sempre tem sido
cumprida, devendo ser retomada com regularidade. Ao final, a conselheira Danielle
abordou a preocupação com o fato de que aumentos salariais concedidos
215 recentemente não foram acompanhados pelos devidos cálculos atuariais, o que
pode gerar impactos financeiros negativos para o Instituto, destacando que esses
estudos deveriam ser obrigatórios sempre que houver alterações na folha de
pagamento, para assegurar a sustentabilidade do regime. Ao término, a Presidente
em exercício, Andreia, agradeceu a presença de todos na reunião e anunciou que o
220 próximo encontro será realizado no dia 6 de fevereiro de 2025. Não havendo mais
assuntos a tratar, a reunião foi oficialmente encerrada, e eu, Daniel Carvalho, redigi
a presente ata, que será assinada por mim e pelos demais presentes.





ICPREV
INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

35

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2026

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

230


MARINA NISHIMORI OLESCOWICZ
28/01/2026 10:56:11
Assinatura digital avançada.

Marina Nishimori Olescowicz
Representante do Poder Executivo

 Assinado digitalmente por:
MARILISE VIEIRA DE LIMA KRAUSS

Marilise Vieira de Lima Krauss
Representante dos Segurados Inativos


DANIELLE LUDKA
02/02/2026 11:14:37
Assinatura digital avançada.

Danielle Ludka
Representante dos Segurados


ROSENILDA APARECIDA BRONHOLO PAULUK
28/01/2026 17:23:33
Assinatura digital avançada.

Rosenilda Pauluk
Representante do SISPUK

 Assinado digitalmente por:
DANIEL CARVALHO
28/01/2026 10:05:24
Assinatura digital avançada.

Daniel Carvalho
Secretário

 **MARILEI KURCESZKI KUMINECK**
28/01/2026 11:18:17
Assinatura digital avançada.

Marilei Kurceszki Kumineck
Representante dos Segurados

 **ANDREIA CORREIA DA SILVA FONTANA KAUVA**
28/01/2026 10:22:23
Assinatura digital avançada.

Andreia Correia da Silva Fontana Kauva
Vice-Presidente

 **MARILI DE FÁTIMA PEREIRA ECKER**
28/01/2026 13:59:15
Assinatura digital avançada.

Marili de Fátima Pereira Ecker
Representante dos Segurados

235

240

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 28/01/2026 10:05:03-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p36279aaf15903>





ICPREV

INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2026

CONSELHO FISCAL

VIVIANA WACHTEL SELEME
28/01/2026 10:48:28
 Assinatura digital avançada.

Viviana W. Seleme
Representante dos Segurados

Assinado digitalmente por:
DIRAZELI DO PRADO
28/01/2026 13:18:15
 Assinatura digital avançada.

Dirazeli do Prado
Representante do Poder Executivo

Assinado digitalmente por:
MÁRCIO JULIANO SELEME
Agente de TIC
Matrícula 0321
28/01/2026 14:21:42
 Assinatura digital avançada.

Márcio Juliano Seleme
Representante do Poder Legislativo

ANDERSON CARLOS DE MORAIS
03/02/2026 14:15:16
 Assinatura digital avançada.

Anderson C. Moraes
Representante do SISPUC

FRANCIELI JOANA BIALESKI
28/01/2026 14:29:11
 Assinatura digital avançada.

Francieli Joana Bialeski
Representante dos Segurados

Assinado digitalmente por:
RAFAEL VERKA SORG
Contador Legislativo
CRC-SC 041990/O-3
28/01/2026 15:49:55
 Assinatura digital avançada.

Rafael Verka Sorg
Representante dos Segurados

Assinado digitalmente por:
IZANE MARIA PEREIRA
28/01/2026 15:03:12
 Assinatura digital avançada.

Izane Maria Pereira
Presidente do Conselho Fiscal

CIBELE NEUDORF BATISTA
28/01/2026 14:16:47
 Assinatura digital avançada.

Cibele Neudorf Batista
Representante dos Segurados

